

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS

Estudo Técnico Preliminar 37/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 09021.000024/2025-51

2. Descrição da necessidade

Aquisição de café, açúcar e adoçante

O atual fornecimento de café a ser consumido na Secretaria de Estado das Relações Exteriores foi objeto dos contratos nº 1/2025 e 2/2025, após a realização de processo licitatório (pregão eletrônico 90011/2024). Não obstante os contratos tenham sido firmados em janeiro de 2025, a estimativa do quantitativo de pacotes de café mostrou-se insuficiente para suprir o consumo de café do órgão.

A previsão abaixo do consumo efetivo deu-se em razão de dois fatores. Em primeiro lugar, os quantitativos indicados nos contratos nº 1/2025 e 2/2025 referem-se à demanda então prevista para o período de um ano, e não para o total da vigência de cinco anos, que corresponde ao período da contratação. Em segundo lugar, a superveniência de fato novo levou ao aumento da demanda de café, uma vez que, nos eventos realizados na SERE, passou a ser oferecido, desde maio, e, portanto, após a ocorrência do pregão, o café preparado nas dependências do Itamaraty, por funcionários terceirizados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, por ser mais barato que o oferecido pelo contrato de eventos (contrato nº 26/2022). Este último fato, por um lado, contribui substancialmente para a economia de recursos públicos, por outro, exige planejamento eficiente do fornecimento de café à Secretaria de Estado.

Considerando que o consumo de café está associado ao uso de açúcar refinado (em pacotes e sachês) e adoçante (líquido e em sachês), esses produtos devem ser incluídos no mesmo planejamento, por se tratarem de insumos essenciais e complementares ao serviço de preparo e oferta da bebida, atendendo às preferências e restrições alimentares dos usuários. A aquisição conjunta tem a finalidade de otimizar recursos por meio da racionalização de processos licitatórios e facilitar o controle de estoque.

Tendo em vista a importância da bebida para as atividades rotineiras desempenhadas por servidores e funcionários do Ministério das Relações Exteriores, bem como para as autoridades nacionais e estrangeiras que participam de eventos que ocorrem no Itamaraty, é necessária a realização de nova licitação para aquisição de café torrado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Patrimônio, Arquitetura e Engenharia	Fernanda da Silva Marinho Soares
Divisão de Recursos Logísticos	Luiz Felipe Czarnobai

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Trata-se de aquisição de bens de consumo comum conforme o disposto no artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Caracterização dos itens

ITEM 1: CAFÉ TORRADO E MOÍDO

CATMAT: 606523

Apresentação: Torrado Moído

Tipo: Único

Torrefação: Ponto de Torra Média

Moagem: Média

Os produtos confeccionados devem:

- Apresentar Laudo de Análise do produto ofertado emitido por laboratório credenciado junto ao Ministério da Agricultura e da Pecuária ou qualquer certificação voluntária, amplamente reconhecida no mercado, que ateste a qualidade do café a ser fornecido;" e
- Estar em consonância com as disposições da lei nº 12.305/10, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial no que se refere ao artigo 7º, XI.

O produto deve seguir as seguintes especificações técnicas, nos termos da Portaria SDA nº 570, do MAPA:

- Café, torrado e moído, empacotado a vácuo, 100% arábica (*Coffea arabica*), ponto de torra entre 65 e 45 do disco de Agtron.
- Atributos: Tipo Único
- Fragrância do pó: Bom a excelente
- Aroma da bebida: Característico, de regular a excelente
- Acidez: Baixa a alta
- Amargor: Típico, de intenso a leve
- Sabor: Característico, de bom a excepcional
- Adstringência: Nula
- Corpo: Encorpado
- Percepção dos defeitos: tipo 2 da Classificação Oficial Brasileira - COB.
- Sabor residual: Regular a excelente
- Qualidade Global: Bom a excelente e nota de Qualidade Global maior que 7 pontos
- Moagem: Média (nos termos do anexo V da Portaria).

Não será necessária a transição contratual com transferência de tecnologia, conhecimento e técnicas empregadas.

Não haverá exigência de garantia contratual, pois trata-se de aquisição de bens comuns, de baixo valor agregado. O impacto da garantia nos custos da contratação torna sua exigência pouco vantajosa e traz prejuízos à competitividade do processo licitatório.

Apesar de a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023, e o Decreto nº 11.802, de 28 de novembro de 2023, determinarem que, para os órgãos e as entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, 30% do total de recursos destinados à aquisição de gêneros alimentícios serão destinados à compra, por meio da modalidade de compra institucional, de produtos de agricultores familiares enquadrados nos dispostos na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e de suas organizações, não foi possível confirmar a oferta na região, por parte de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários, para fornecimento dos gêneros alimentícios demandados. Foi feita a pesquisa no Portal “Vitrine da Agricultura Familiar” do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) (<https://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine>).

Não será exigida carta de solidariedade. Em razão de seu potencial de restringir a competitividade do certame, a exigência de carta de solidariedade somente se justificará em situações excepcionais e devidamente motivadas.

O custo do frete deve estar incluído no valor do produto.

ITEM 2: AÇÚCAR. COLORAÇÃO: BRANCA. TIPO: REFINADO

CATMAT: 463998

Embalagem: Tipo: pacote

Unidade de medida: 1 kg

Material: o material da embalagem com contato direto com o açúcar deverá ser adequado e observar a legislação específica vigente.

Rótulo: informações que devem constar:

- Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;
- A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver;
- Identificação do lote;
- Peso líquido;
- Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;
- Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm², por exemplo, sachê de açúcar.
- Prazo de validade.

Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

ITEM 3: AÇÚCAR. COLORAÇÃO: BRANCA. TIPO: REFINADO

Código CATMAT: 463998

Embalagem: Tipo: sachê.

Unidade de medida: caixas com 400 sachês de 5 gramas

Material: o material da embalagem com contato direto com o açúcar, deverá ser adequado e observar a legislação específica vigente.

Rótulo: informações que devem constar:

- Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;
- A palavra "açúcar" seguida da marca comercial, se houver;
- Identificação do lote;
- Peso líquido;
- Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;
- Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm², por exemplo, sachê de açúcar.
- Prazo de validade.

Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

ITEM 4: ADOÇANTE. ASPECTO FÍSICO: LÍQUIDO TRANSPARENTE. INGREDIENTES: SUCRALOSE

Código CATMAT: 407523

Embalagem:

Tipo: frasco de plástico.

Unidade de medida: 110 ml

Material: o material da embalagem com contato direto com o adoçante, deverá ser adequado e observar a legislação específica vigente.

Rótulo: informações que devem constar:

- Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;
- A palavra "adoçante", acompanhada do edulcorante e seguida da marca comercial, se houver;
- Identificação do lote;
- Peso líquido; e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;
- Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm², por exemplo, sachê de adoçante.
- Prazo de validade.

Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

ITEM 5: ADOÇANTE. COLORAÇÃO: BRANCA. ASPECTO FÍSICO: PÓ FINO BRANCO. INGREDIENTES: SUCRALOSE

Código CATMAT: 422397

Embalagem:

Tipo: sachê.

Unidade de medida: caixa com 50 sachês de, no mínimo, 0,5 g

Material: o material da embalagem com contato direto com o adoçante, deverá ser adequado e observar a legislação específica vigente.

Rótulo: informações que devem constar:

- Classificação: a palavra "Classe", seguida da denominação da classe correspondente; com a denominação do Tipo correspondente;
- A palavra "adoçante", acompanhada do edulcorante e seguida da marca comercial, se houver;
- Identificação do lote;
- Peso líquido; e. Nome empresarial; CNPJ ou CPF; o endereço da empresa embaladora ou do responsável pelo produto;
- Tabela de informação nutricional: deverá constar a tabela com as informações nutricionais, salvo se forem enquadradas em outras situações elencadas no Anexo I da IN nº 75, de 2020, da Anvisa, como nos casos de açúcares em embalagens com superfície visível para rotulagem menor ou igual a 100 cm², por exemplo, sachê de adoçante.
- Prazo de validade.

Além de atender a legislação referente à rotulagem, o produto deverá seguir as normas vigentes referente aos padrões microbiológicos, requisitos sanitários, limites de tolerância para matérias estranhas, entre outras emitidas pelos órgãos competentes.

5. Levantamento de Mercado

1. Café torrado e moído

A escolha pelo café torrado e moído foi fundamentada em avaliação técnica da CPAT, que levou em consideração os seguintes aspectos:

Compatibilidade com a infraestrutura existente: O MRE já dispõe de cafeteiras industriais e equipamentos preparados para o preparo de café em pó, o que permite aproveitamento imediato da estrutura instalada, eliminando a necessidade de investimentos adicionais em máquinas ou acessórios.

Flexibilidade e qualidade no preparo: O café torrado e moído possibilita maior controle sobre a intensidade e o perfil da bebida, podendo ser selecionado conforme padrões de qualidade definidos em norma oficial, como a Portaria SDA nº 570/2022, garantindo a satisfação dos usuários e o padrão desejado.

Economicidade: O custo unitário do café em pó é geralmente inferior ao de soluções alternativas, como café em cápsulas, proporcionando melhor aproveitamento dos recursos públicos em função do volume regular e elevado de consumo.

Sustentabilidade: A forma em pó gera menor volume de resíduos sólidos de difícil descarte e possibilita o manejo adequado dos resíduos orgânicos.

Adequação à demanda institucional: O café em pó atende à rotina diária e às demandas específicas de eventos, reuniões e grupos de trabalho, viabilizando o fornecimento contínuo e estável, aspecto fundamental para o planejamento e gestão contratual.

Ademais, optou-se por exigir café com nota global mínima superior a 7, conforme metodologia de avaliação sensorial da ABIC, ou equivalente, a fim de garantir padrão mínimo de qualidade compatível com o ambiente institucional do MRE. A exigência justifica-se pelo fato de que o café servido aos servidores e visitantes da Secretaria de Estado será o mesmo servido em eventos oficiais, encontros diplomáticos e recepções promovidos no Itamaraty..

2. Açúcar refinado – pacotes (1 kg) e sachês

A escolha pelo açúcar refinado deve-se ao fato de ser a opção mais aceita tanto pelo público interno quanto pelo público externo. Sob o aspecto logístico, os pacotes de 1 kg atendem adequadamente às necessidades de abastecimento interno das copas, cozinhas e setores administrativos, enquanto os sachês oferecem maior praticidade para utilização em eventos, reuniões e no atendimento de autoridades, evitando desperdício.

3. Adoçante líquido e em sachês (sucralose)

A escolha pelo adoçante à base de sucralose, nas versões líquida e em pó (sachês), baseou-se na necessidade de inclusão e atendimento a restrições alimentares, uma vez que o produto pode ser consumido por servidores, visitantes e autoridades com dietas restritivas ao açúcar, incluindo pessoas com diabetes ou que estejam em regimes de controle calórico. A versão líquida é mais adequada ao abastecimento das copas e cafeterias internas, garantindo praticidade no preparo diário das bebidas, enquanto a versão em sachês é indicada para uso individual em reuniões e eventos, oferecendo conveniência e evitando desperdício.

6. Descrição da solução como um todo

A solução que atende aos interesses e necessidades da Administração é a contratação de empresa especializada para o fornecimento de **café torrado e moído, açúcar refinado (pacotes de 1 kg e sachês de 5g) e adoçante à base de sucralose (líquido e sachês)**, todos bens de consumo comum, com entregas parceladas e controle de qualidade, destinados ao atendimento das atividades rotineiras do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e ao suporte de eventos oficiais e institucionais.

6.1 Princípio da Padronização

Para elaboração das especificações, foi considerada a minuta do Termo de Referência para aquisição de café, açúcar e adoçante disponível no Catálogo de Padronização da Central de Compras (versão agosto/2023).

6.2 Opção pelo Sistema de Registro de Preços

A solução apresentada neste estudo pretende evitar compras repentinas e imprevisíveis, bem como o desperdício de recursos humanos e financeiros. Os quantitativos dos produtos são correspondentes às necessidades de fornecimento para o Ministério das Relações Exteriores.

Será realizada, via SRP, a aquisição de bens de consumo comum para o suporte às atividades rotineiras do MRE.

As compras em projeto se enquadram nas hipóteses previstas nos incisos I, II e V do art. 3º do decreto 11.462 /2023, ou seja, há necessidade de contratações frequentes, é conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas, e, pela natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, tendo em vista que café, bem como açúcar e adoçante, objetos da presente contratação, também serão oferecidos nos eventos realizados no Itamaraty.

A estratégia de adquirir bens de consumo comum nas quantidades necessárias e em parcelas mensais ou bimestrais tem por objetivo evitar seu armazenamento, o qual poderia mostrar-se oneroso e antieconômico para a Administração, evitando escassez de fornecimento ou perecimento no caso de contratações acima do consumo efetivo do órgão.

Tendo em vista a impossibilidade em definir o quantitativo exato que será utilizado, a Administração considerou a opção do sistema de Registro de Preços como a mais viável para a aquisição dos bens de que tratam este ETP.

O gestor e o fiscal das atas deverão avaliar o tempo de resposta para a entrega do(s) produto(s) e a qualidade do(s) produto(s) fornecidos. É importante avaliar a validade e a resistência da embalagem do(s) produtos(s). Ao fiscal do contrato caberá o controle do processo de forma a alcançar um padrão de excelência e que as ações do colaborador, no desempenho de suas atividades, cumpram os requisitos pré-estabelecidos.

6.3 Gestão e Fiscalização

O gestor e o fiscal do contrato deverão avaliar o tempo de resposta para a entrega do(s) produto(s) e a qualidade do(s) produto(s) fornecidos. É importante avaliar a validade e a resistência da embalagem do(s) produtos(s). Ao fiscal do contrato caberá o controle do processo de forma a alcançar um padrão de excelência e que as ações do colaborador, no desempenho de suas atividades, cumpram os requisitos pré-estabelecidos.

6.4 Exigência de amostras para os lotes de café

A exigência de amostras para **cada lote** tem por objetivo certificar que os itens estão de acordo com os padrões especificados nestes Estudos Preliminares, previamente ao fornecimento, tendo em vista que se trata de grande quantidade e volume financeiro expressivo.

Em caso de discrepância entre a descrição/especificação do material e o Código CATMAT, deverá ser atendido, na integralidade, o contido na descrição/especificação deste ETP.

6.5 Análise laboratorial do café fornecido

À luz do Termo de Referência padronizado para café do Portal Nacional de Contratações Públicas (item 6.9), o café fornecido poderá ser submetido à análise de consultoria especializada, com vistas a aferir a qualidade dos lotes entregues, em consonância com as especificações do edital e com os parâmetros da Portaria SDA/MAPA nº570.

Nesse sentido, para cada lote fornecido, poderão ser realizadas análises sensoriais e laboratoriais a fim de garantir que o fornecimento atenda aos requisitos de qualidade técnica presentes neste Estudo Técnico. Nos termos do TR padronizado, os custos da análise das amostras de cada lote será de responsabilidade do contratado.

Alternativamente, a Administração poderá realizar sua própria análise, por meio da contratação de laboratório credenciado pelo SDA/MAPA para este fim.

6.6 Qualificação técnico-operacional e econômico-financeira

Considerando que a presente licitação tem por objeto o fornecimento contínuo de café, açúcar e adoçante, em regime de entregas parceladas, durante a vigência da ata de registro de preços, e que o café representa a parcela de maior relevância, dado o volume expressivo do quantitativo estimado de consumo e o impacto orçamentário desta aquisição, serão exigidos os seguintes critérios de habilitação:

i) **Qualificação técnico-operacional:** comprovação de aptidão para o fornecimento de café torrado e moído em quantidade mínima equivalente a **20% do quantitativo estimado** para o período de 12 (doze) meses, de modo a demonstrar experiência prévia na execução de fornecimentos similares.

ii) **Qualificação econômico-financeira:** apresentação dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1 (um). Caso o licitante apresente resultado igual ou inferior a 1 (um) em qualquer dos índices, será exigido patrimônio líquido mínimo equivalente a **5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação de café**, em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

Essa medida visa mitigar riscos de inadimplemento, atrasos ou descontinuidade na execução do contrato, garantindo a adequada prestação do serviço e o fornecimento dos bens, em conformidade com o art. 69 da Lei nº 14.133/2021. A escolha dos índices decorre de sua ampla utilização como parâmetros de solvência e liquidez, permitindo aferir a saúde financeira da empresa e sua capacidade de honrar compromissos de curto e longo prazo.

6.7 Reajuste dos Preços

O reajuste será calculado com base no IPCA divulgado pelo IBGE. Para o **item 1 (café)**, aplica-se a variação do subitem “**Café moído**”, por refletir com maior precisão as oscilações específicas do mercado de café, influenciado por fatores como safra, clima e cotação internacional. Para os **itens 2 a 5 (açúcar e adoçante)**, utiliza-se o **IPCA geral**, garantindo equilíbrio econômico-financeiro e evitando distorções.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1.1 Quantidade estimada para um ano

O levantamento do quantitativo necessário foi realizado pela Coordenação de Patrimônio (CPAT). Os quantitativos foram estimados com base na previsão de consumo para 12 (doze) meses, a serem adquiridos conforme demanda do órgão. A quantidade planejada, de **50.000 pacotes de 500g**, foi estabelecida considerando a média de consumo semanal da SERE (1041 pacotes de 500g por semana), o que inclui o fornecimento para as copas dos andares do Anexo I, do Gabinete, da Secretaria-Geral, do Cerimonial, do Instituto Rio Branco e da Agência Brasileira de Cooperação, além de atender reuniões, eventos e grupos de trabalho eventualmente formados, conforme expresso no Documento de Formalização da Demanda nº 87/2025.

A estimativa mínima de consumo é de 30.800 pacotes, uma vez que não contempla a demanda adicional decorrente de reuniões, eventos institucionais, visitas oficiais e demais atividades extraordinárias realizadas nas dependências do MRE, limitando-se ao consumo ordinário do órgão.

Para o açúcar e o adoçante foram mantidos os quantitativos registrados no último fornecimento, considerando o consumo médio anual: **12.400 pacotes de açúcar refinado de 1 kg, 300 caixas de açúcar em sachês (com 400 unidades de 5g cada), 550 frascos de adoçante líquido de 110 ml e 300 caixas de adoçante em sachês (50 unidades de, no mínimo, 0,5g cada).**

Nesse contexto, tendo em vista a imprevisibilidade em relação à quantidade de café consumida nos eventos sediados no Itamaraty, entende-se que não é possível estimar, de forma precisa, a quantidade a ser contratada. Por esse motivo, e buscando evitar o acúmulo de estoques desnecessários desses bens, optou-se pela adoção do SRP.

7.1.2 Possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços

Em conformidade com o § 3º do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a ata de registro de preços decorrente desta contratação terá vigência inicial de um ano, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por igual período, mediante termo aditivo celebrado dentro de sua vigência, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração.

7.1.3 Possibilidade de renovação do quantitativo no caso de prorrogação da Ata de Registro de Preços

À luz do princípio do planejamento, bem como da necessidade de assegurar o atendimento integral à demanda da SERE durante toda a vigência da contratação, prevê-se, de forma expressa, nesta fase de planejamento, a **possibilidade de renovação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços**, na hipótese de prorrogação de sua vigência.

A previsão decorre da orientação fixada no **Parecer n. 00075/2024/DECOR/CGU/AGU**, segundo o qual a renovação de quantitativos é juridicamente admissível, desde que observados os seguintes requisitos: a) comprovação da vantajosidade dos preços registrados; b) respeito ao princípio da anualidade das contratações públicas, conforme a expectativa de consumo anual; c) previsão expressa nos Estudos Técnicos Preliminares e no edital; e (d) celebração do termo aditivo de prorrogação durante a vigência da ata. A inclusão dessa previsão visa a evitar subdimensionamento da demanda e adequar-se ao novo contexto institucional de preparo e oferta de café no Itamaraty, que ampliou significativamente o consumo nas unidades da SERE.

7.2 Justificativa para a Não Publicação da Intenção de Registro de Preços (IRP) e Vedação à Adesão à Ata de Registro de Preços

Conforme estabelecido pelo art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e pelo art. 9º do Decreto nº 11.462/2023, a regra geral é a realização do procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP), como forma de ampliar a competitividade, otimizar recursos e permitir o atendimento a múltiplos órgãos e entidades da Administração Pública.

Todavia, o mesmo Decreto, em seu art. 7º, inciso I, reconhece que se deve levar em consideração a capacidade de gerenciamento do órgão ou entidade gerenciadora. Assim, a legislação contempla a possibilidade de avaliação da conveniência e oportunidade da IRP e da previsão de adesões, de acordo com a estrutura operacional do órgão responsável pela condução e gestão do procedimento.

No presente caso, a unidade responsável pela gestão da Ata (DLI) possui quadro enxuto de servidores, sendo responsável atualmente pela gestão e fiscalização de, aproximadamente, 131 contratos em andamento, o que restringe sua capacidade operacional e gerencial para absorver as extensas atribuições do órgão gerenciador de SRP previstas no art. 7º do Decreto nº 11.462 /2023, tais como: consolidação de demandas (inc. III), validação de pesquisas de mercado (inc. IV), controle da execução e remanejamento da ata (incisos VIII e IX), gestão de penalidades (incs. XIII e XIV), entre outras. A gestão de demandas de múltiplos órgãos acarretaria acréscimo significativo de trabalho administrativo, técnico e logístico, para o qual a unidade não dispõe de capacidade instalada.

Dessa forma, com fundamento no art. 7º, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023, e considerando a restrita capacidade operacional do órgão gerenciador, em especial da unidade responsável pela gestão da ata (DLI), justifica-se não realizar o procedimento público de Intenção de Registro de Preços (IRP), bem como vedar a possibilidade de adesões (caronas) à ata decorrente da licitação. A medida visa a assegurar o adequado atendimento ao interesse público, com foco na eficiência, na economicidade e na mitigação de riscos operacionais.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.827.746,50

O custo anual estimado da contratação é de R\$ 1.827.746,50 (um milhão, oitocentos e vinte e sete mil, setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), de acordo com os cálculos disponíveis na análise descritiva da pesquisa de preço, realizada conforme a Instrução Normativa SEGES nº 65/2021. A pesquisa de preços segue em anexo a este ETP.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os bens serão adjudicados de forma parcelada, sendo 75% para ampla concorrência e 25% reservado a ME/EPP, conforme determinado no Art. 48, Inciso III da Lei Complementar nº 123/2006.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratação 240013-20/2025 - Café torrado e moído

Contratação 240013-26/2025 - Café torrado e moído

Contratação 240013-29/2025- Cafeteiras (aluguel)

Contratação 240013-31/2025 - Copeiragem

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025 do MRE (contratação 240013-72/2025).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

As especificações descritas nestes Estudos Preliminares permitirão a aquisição de café, açúcar e adoçante na forma mais adequada às necessidades do Ministério em termos de qualidade do serviço, economicidade e gestão de contratos.

Como benefícios resultantes desta contratação, espera-se a garantia do suprimento dos referidos bens para atender às necessidades deste Ministério, melhorando o ambiente de trabalho, promovendo o bem-estar dos colaboradores e auxiliando nas atividades de representação do MRE.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências para a adequação do ambiente do órgão nem capacitação de servidores para atuarem na contratação e fiscalização do contrato. A contratada deverá prever frentes de serviço, sequência de atividades e uso de equipamentos necessários para garantir a entrega dos produtos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os possíveis impactos ambientais estão na produção e distribuição do café.

Os processos de plantio, colheita e processamento devem atender às exigências sociais, ambientais e econômicas em conformidade com os normativos que tratam do tema.

As embalagens primária e secundária dos produtos devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado em sua composição em observância aos normativos que tratam do tema.

Deve ser realizado o descarte seletivo das embalagens a fim de favorecer a correta destinação no pós-consumo. A ABNT-NBR 16182:2014 contém a simbologia de identificação dos materiais para o adequado descarte.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação em planejamento é razoável e eficiente, pois foi feita com base nas legislações vigentes acerca da aquisição de bens comuns, considerando as necessidades do órgão e buscando soluções para problemas recorrentes das contratações anteriores. Verifica-se a razoabilidade dos valores praticados, pois estão de acordo com valores públicos e de mercado, conforme as orientações da IN SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho 2021

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LAIS CRISTINA LEITE MAIA

Presidente e Integrante Administrativo de Projetos



Assinou eletronicamente em 19/02/2026 às 11:02:38.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - cotação-resumido-65-2025 (1).pdf (111,54 KB)